



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 198/XII/ 4.ª SL

Aos 25 dias do mês de fevereiro de 2015, pelas 11:30 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação do parecer sobre a Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, de 29 de outubro, com vista aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade. Autor do parecer: Deputado André Pardal (PSD);

2. Escrutínio de iniciativas europeias:

Apreciação e votação do parecer da CDN referente ao Proposta conjunta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º267/2012 que impõe medidas restritivas contra o Irão – JOIN (20149) 42 Final - Deputado Relator João Rebelo (CDS);

Deliberação acerca do escrutínio, pela CDN, das seguintes iniciativas europeias remetidas pela CAE:

Proposta conjunta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição da União no âmbito do Conselho de Associação instituído pelo Acordo Euro-Mediterrânico que cria uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Tunísia, por outro, no que respeita à adoção de uma recomendação sobre a execução do Plano de Ação UE-Tunísia para a concretização da parceria privilegiada (2013-2017) [COM (2014) 36];

Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera ao Regulamento (UE) n.º 208/2014 que impõe medidas restritivas dirigidas a certas pessoas, entidades e organismos, tendo em conta a situação na Ucrânia – JOIN (2015) 1;

3. Admissão e distribuição da Petição n.º 461/XII/4.ª - (Desigualdade de tratamento na passagem à reserva dos militares) - Apreciação da Nota de Admissibilidade;

4. Apreciação e votação das atas n.º 190, 191, 192, 193 e 194/XII/4.ª SL;

5. Outros assuntos.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 198/XII/ 4.ª SL

O Senhor Presidente, Deputado José de Matos Correia (PSD), declarou aberta a reunião, após o que deu a palavra ao Senhor Deputado André Pardal (PSD) para apresentar o parecer sobre a Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, de 29 de outubro – *“Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade”*.

Intervieram de seguida o Senhor Deputado Marcos Perestrello (PS) – que, louvando o esforço do relator, criticou a “instrumentalização” do Parlamento através do processo adotado, concluindo que, numa altura em que se verifica uma redução das coberturas do IASFA para as áreas sociais e para a saúde, as propostas apresentadas não terão consequências acabando por desfazer as expectativas das pessoas; a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) - que evidenciando o envolvimento de todas as comissões e os contributos das associações, considerou serem as propostas muito limitadas, defendendo a adoção de políticas de combate ao desemprego e aos baixos salários e de verdadeiras medidas de promoção da natalidade, designadamente de incentivo à contratação de grávidas e de trabalho a tempo parcial sem perda de vencimento -; o Senhor Deputado João Rebelo (CDS/PP) - que cumprimentou o relator e valorizou os contributos das associações, destacando os da ANS e da ASPPM, e que teria apreciado que tivessem sido apresentadas propostas mais arrojadas, à semelhança das adotadas por alguns países nórdicos e que obtiveram resultados concretos, mas compreende que tenham de ser ponderadas as disponibilidades financeiras para o efeito -; o Senhor Deputado Mário Simões (PSD) - que lembrou que, nesta matéria, o papel da Assembleia da República é o de aprovar recomendações para o Governo adotar medidas de apoio à natalidade, para as quais a oposição não contribuiu com propostas concretas -; o Senhor Deputado Correia de Jesus (PSD) – que reconheceu o trabalho do relator e recordou que, para a concretização das propostas,



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 198/XII/ 4.ª SL

faltava a dimensão jurídico-legal ao grupo de trabalho constituído pelo governo, e daí a intervenção da Assembleia da República, concluindo, porém, que o essencial não é

apenas legislar, mas refletir sobre estes problemas com o objetivo de alterar a causa das coisas.

O Senhor Deputado André Pardal (PSD) agradeceu os comentários expressos e recordou que o papel da Assembleia da República não é apenas o de legislar, mas também o de fazer recomendações ao Governo e que este parecer contribuiria para a concretização desse objetivo.

Submetido a votação, foi o parecer aprovado com votos a favor do PSD e do CDS/PP e contra do PS e do BE, não se encontrando presente o representante do PCP.

No ponto 2 da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado João Rebelo (CDS/PP) apresentou o parecer referente à Proposta conjunta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º267/2012 que impõe medidas restritivas contra o Irão – JOIN (20149) 42 Final.

Foi felicitado pelos Senhores Deputados Marcos Perestrello (PS) e André Pardal (PSD) – que declararam partilhar das preocupações expressas no parecer - e pela Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE).

Submetido a votação, foi o parecer aprovado com votos a favor do PSD, do PS e do CVDS/PP e do BE, não se encontrando presente o representante do PCP.

A Comissão deliberou não escrutinar a Proposta conjunta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição da União no âmbito do Conselho de Associação instituído pelo Acordo Euro-Mediterrânico que cria uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Tunísia, por outro, no que



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 198/XII/ 4.ª SL

respeita à adoção de uma recomendação sobre a execução do Plano de Ação UE-Tunísia para a concretização da parceria privilegiada (2013-2017) [COM (2014) 36];

Por outro lado, deliberou escrutinar a Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera ao Regulamento (UE) n.º 208/2014 que impõe medidas restritivas dirigidas a certas pessoas, entidades e organismos, tendo em conta a situação na Ucrânia – JOIN (2015), tendo sido designado relator o Senhor Deputado Miranda Calha (PS).

No ponto 3 da ordem de trabalhos foi apreciada a nota de admissibilidade referente à Petição n.º 461/XII/4.ª - *Desigualdade de tratamento na passagem à reserva dos militares* -, que foi aprovada por unanimidade, tendo o PSD ficado de indicar o relator;

Foram também aprovadas por unanimidade as atas n.º 190, 191, 192, 193 e 194/XII/4.ª SL, correspondentes às reuniões da Comissão de 20 e 27 de janeiro e de 4, 10 e 11 de fevereiro de 2015;

No ponto dedicado a outros assuntos usou a palavra o Senhor Deputado Miranda Calha (PS), tendo comentado as declarações da Senhora Ministra da Justiça nas quais terá defendido que o combate ao terrorismo deve passar também por uma estratégia militar, com intervenção direta nos campos de treino dos movimentos radicais. Referiu que o CEMGFA, tal como o Ministro das Defesa Nacional, tem assento no Conselho Superior de Segurança Interna, que realizou uma reunião na qual terá sido debatida esta temática, pelo que haveria todo o interesse da Comissão em ouvi-los designadamente acerca da dificuldade de articulação que poderá existir entre a segurança interna e a defesa externa.



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 198/XII/ 4.ª SL

Propôs também que a Comissão efetuasse uma vista ao Centro de Ciberdefesa, bem como realizasse uma audição com o Secretário-geral do SIRP, atendendo a que no combate ao terrorismo os serviço de informações são essenciais.

Considerou ainda que deveria ser ponderada a possibilidade de o Senhor Ministro da Defesa Nacional vir à Comissão falar sobre missão no Mali.

O Senhor Deputado Miguel Macedo (PSD) referiu o enquadramento constitucional e as dificuldades na atribuição de competências nas matérias da defesa e da administração interna, bem como na última revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, lembrando que, de acordo com a lei de Segurança Interna, em situações de crise as Forças armadas são coordenadas pelo Ministério responsável pela segurança interna

O Senhor Deputado André Pardal (PSD) declarou não se oporia à visita ao Centro de Ciberdefesa, embora o CEMGFA já tenha relatado o seu funcionamento numa anterior audição na Comissão. Sobre a audição do SIRP, lembrou que o seu Secretário-Geral esteve na Comissão há cerca de um mês, pelo que não seria oportuna uma nova audição.

O Senhor Deputado Miranda Calha (PS) chamou ainda a tenção para o facto de terem dado entrada na Assembleia da República iniciativas do Governo referentes ao combate ao terrorismo que deveriam também ser acompanhadas pela Comissão, tendo o Senhor Deputado Miguel Macedo (PSD) afirmado que muitas delas não têm diretamente que ver com as competências ad Comissão, mas que, em função do assunto talvez alguma pudesse ser tratada em conjunto com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

O Senhor Presidente fez então a síntese das intervenções e das posições que foram expressas tendo dito que a distribuição das iniciativas legislativas é uma prerrogativa



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 198/XII/ 4.ª SL

da Senhora Presidente da Assembleia da República, que as faz baixar “em conexão” a uma segunda comissão sempre as matérias estejam relacionadas com as competências de mais do que uma. Constatou o consenso quanto à visita ao Centro de Ciberdefesa, pelo que iriam ser feitas diligências nesse sentido. Quanto à audição dos representantes da área da Defesa no Conselho Superior de Segurança Interna, poderá ser solicitada a vinda do CEMGFA no sentido de compreender a interação das áreas defesa e da administração interna. No que se refere à audição do SG do SIRP, entende ser de aguardar mais algum tempo. Finalmente e estando agendada para o dia 14 de abril a audição ordinária do Senhor Ministro da Defesa Nacional, poderá nessa reunião prestar os esclarecimentos sobre a Missão no Mali.

A reunião foi encerrada às 13:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de fevereiro 2015.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS CORREIA)



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 198/XII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Pardal
António Braga
Arménio Santos
Correia de Jesus
João Gonçalves Pereira
João Rebelo
José de Matos Correia
Marcos Perestrello
Mariana Aiveca
Mário Simões
Miguel Macedo
Miranda Calha
Rosa Maria Bastos Albernaz

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Sá Costa
Ricardo Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
João Soares
Joaquim Ponte
José Lello
Laurentino Dias
Mónica Ferro